

Global Participações em Energia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Global Participações em Energia S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Global Participações em Energia S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião com ressalva

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo pode ter sofrido desvalorização. Em havendo, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia Energética Potiguar, controlada da Companhia, possui ativos registrados no imobilizado no montante de R\$11.223 mil (R\$12.116 mil em 2018), com possível indicação de desvalorização. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, a Administração não concluiu as análises necessárias para estimar o valor recuperável desses ativos. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4	3	28.724	17.324	Fornecedores	16	9	-	17.658	74.038
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	13.804	13.558	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	164.155	121.975
Contas a receber	7	-	-	70.724	148.967	Partes relacionadas	17	-	197	-	-
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	53.294	51.082	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	4.239	3.258
Adiantamentos a fornecedores		-	-	450	827	Obrigações tributárias	19	2	704	10.799	15.188
Impostos a recuperar	8	93	283	10.920	9.054	Impostos diferidos	11	-	-	2.696	1.197
Estoques	9	-	-	84.892	85.888	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	31.930	35.294	43.334	48.987
Dividendos e juros sobre capital próprio		56.069	30.680	-	-	Outras contas a pagar		-	-	16.134	12.136
Outras contas a receber	12	714	714	26.969	19.214	Total dos passivos circulantes		31.941	36.195	259.015	276.779
Total dos ativos circulantes		56.880	31.680	289.777	345.914						
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	38.673	46.805	Fornecedores	16	-	-	55	55
Estoques	9	-	-	9.100	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	309.788	401.723
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	201.614	233.756	Partes relacionadas	17	-	-	-	26.734
Impostos a recuperar	8	-	-	3.201	5.480	Impostos diferidos	11	-	-	24.948	26.228
Impostos diferidos	11	-	-	31.099	40.298	Obrigações tributárias	19	-	-	2.246	-
Depósitos judiciais		-	-	2.265	5.160	Provisão para risco trabalhista	20	-	-	477	405
Partes relacionadas	17	8.020	8.020	40.630	40.099	Adiantamento para futuro aumento de capital	17	3.645	1.604	5.867	1.604
Outras contas a receber	12	8.030	5.553	4.341	2.757	Outras contas a pagar		-	-	15.485	21.752
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	18.419	44	-	-	Total dos passivos não circulantes		3.645	1.604	358.866	478.501
Investimentos	13	516.432	559.809	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	14	-	-	750.873	785.370	Capital social	21	214.131	212.528	214.131	212.528
Intangível	15	-	-	10.646	11.063	Reservas de lucros		358.064	354.779	355.793	351.620
Total dos ativos não circulantes		550.901	573.426	1.092.442	1.170.788	Total do patrimônio líquido	4	572.195	567.307	569.924	564.148
						Participação de acionistas não controladores	4	-	-	194.414	197.274
						Total do patrimônio líquido	4	572.195	567.307	764.338	761.422
TOTAL DOS ATIVOS		607.781	605.106	1.382.219	1.516.702	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		607.781	605.106	1.382.219	1.516.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	567.120	609.184
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	24	-	-	(344.650)	(414.124)
LUCRO BRUTO		-	-	222.470	195.060
Resultado de equivalência patrimonial	13 e 24	109.664	96.522	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	24	(444)	(1.076)	(35.955)	(31.892)
Honorários dos Administradores	24	-	-	(5.191)	(5.044)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	-	-	521	660
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>109.220</u>	<u>95.446</u>	<u>181.845</u>	<u>158.784</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	27	56	37.776	48.845
Despesas financeiras	25	(21)	(477)	(50.889)	(58.572)
Variação cambial líquida	25	-	-	48	12
Total		6	(421)	(13.065)	(9.715)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>109.226</u>	<u>95.025</u>	<u>168.780</u>	<u>149.069</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	(815)	(41.119)	(37.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	(969)	(8.656)	(4.832)
Incentivo fiscal do imposto de renda	22	-	-	26.074	25.173
Total		-	(1.784)	(23.701)	(17.008)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>109.226</u>	<u>93.241</u>	<u>145.079</u>	<u>132.061</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		<u>4,79</u>	<u>4,09</u>		
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				110.114	92.255
Acionistas não controladores				34.965	39.806
				<u>145.079</u>	<u>132.061</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	109.226	93.241	145.079	132.061
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>109.226</u>	<u>93.241</u>	<u>145.079</u>	<u>132.061</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	110.114	92.255
Acionistas não controladores	-	-	<u>34.965</u>	<u>39.806</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145.079</u>	<u>132.061</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		210.000	20.904	198.330	64.449	-	493.683
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	93.241	93.241
Aumento de capital	21	2.528	-	-	-	-	2.528
Destinação do lucro:							
Reserva legal	21	-	4.662	-	-	(4.662)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$ 0,97 por ação)	21	-	-	-	-	(22.145)	(22.145)
Reserva de lucros retidos	21	-	-	66.434	-	(66.434)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		212.528	25.566	264.764	64.449	-	567.307
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	109.226	109.226
Aumento de capital	21	1.603	-	-	-	-	1.603
Destinação do lucro:							
Reserva legal	21	-	5.461	-	-	(5.461)	-
Dividendos adicionais distribuídos (R\$ 3,51 por ação)	21	-	-	(15.551)	(64.449)	-	(80.000)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$ 1,14 por ação)		-	-	-	-	(25.941)	(25.941)
Reserva de lucros retidos	21	-	-	77.824	-	(77.824)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>214.131</u>	<u>31.027</u>	<u>327.037</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>572.195</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios	Lucro acumulados			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		210.000	20.997	196.064	64.449	-	491.510	184.722	676.232
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	92.255	92.255	39.806	132.061
Aumento de capital	21	2.528	-	-	-	-	2.528	-	2.528
Destinação do lucro:									
Reserva legal	21	-	4.569	-	-	(4.569)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$ 2,17 por ação)	21	-	-	-	-	(22.145)	(22.145)	(27.254)	(49.399)
Reserva de lucros retidos	21	-	-	65.541	-	(65.541)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		212.528	25.566	261.605	64.449	-	564.148	197.274	761.422
Resgate de ações preferenciais	21	-	-	-	-	-	-	(5.924)	(5.924)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	110.114	110.114	34.965	145.079
Aumento de capital	21	1.603	-	-	-	-	1.603	-	1.603
Destinação do lucro:									
Reserva legal	21	-	5.461	-	-	(5.461)	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos (R\$ 4,91 por ação)	21	-	-	(15.551)	(64.449)	-	(80.000)	(31.901)	(111.901)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos(R\$ 1,14 por ação)	21	-	-	-	-	(25.941)	(25.941)	-	(25.941)
Reserva de lucros retidos	21	-	-	78.712	-	(78.712)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		214.131	31.027	324.766	-	-	569.924	194.414	764.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		109.226	93.241	143.521	132.061
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	-	-	45.724	44.034
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	14	-	-	1.365	1.215
Reclassificação de imobilizado processo judicial		-	-	(2.863)	-
Variação cambial líquida	25	-	-	(48)	(12)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	18 e 25	-	-	38.539	51.148
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	18 e 25	-	-	4.239	3.350
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	-	(962)	(4.619)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	25	-	-	(3.653)	(649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	969	8.347	4.832
Encargos sobre mútuos	17 e 25	-	-	(1.040)	402
Juros e multas a faturar		-	-	(1.296)	(17.110)
Provisão de risco trabalhista		-	-	72	405
Reversão do ajuste a valor presente	10 e 25	-	-	(21.153)	(23.374)
Resultado da Equivalência Patrimonial	13 e 24	(109.664)	(96.522)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	79.993	(19.357)
Arrendamento mercantil a receber		-	-	54.736	51.175
Adiantamentos a fornecedores		-	-	262	13.550
Estoques		-	-	(8.104)	(20.351)
Impostos a recuperar	190	(185)	-	(52.358)	(64.177)
Despesas antecipadas e outros	(2.477)	488	-	(8.127)	(1.266)
Depósitos judiciais		-	-	(3)	(3.869)
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		-	(22.815)	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	9	(153)	-	(56.213)	26.993
Impostos a recolher	(702)	690	-	63.083	67.576
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(11.944)	(6.052)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	982	171
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18	-	-	(28.878)	(38.045)
Outras contas a pagar		-	(10)	(3.915)	(6.081)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(3.418)</u>	<u>(24.297)</u>	<u>240.306</u>	<u>191.950</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(4.870)	(3.993)
Depósitos bancários vinculados		-	-	8.848	11.430
Adiantamento para futuro aumento de capital		(16.334)	16.316	(11.784)	(457)
Aumento de capital social	21	1.603	2.528	1.603	2.528
Resgate de ações		-	-	(5.924)	-
Redução de capital		40.987	11.794	-	-
Dividendos recebidos		86.665	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>112.921</u>	<u>30.638</u>	<u>(12.127)</u>	<u>9.508</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	153.500	16.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(215.812)	(182.443)
Custo de captação adicionado	18	-	-	(1.343)	(183)
Dividendos pagos	21	(109.305)	(6.341)	(126.899)	(18.592)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		(197)	-	(26.225)	(8.882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(109.502)</u>	<u>(6.341)</u>	<u>(216.779)</u>	<u>(194.100)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>11.400</u>	<u>7.358</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3	3	17.324	9.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	4	3	28.724	17.324
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>11.400</u>	<u>7.358</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Global Participações em Energia S.A. ("Companhia" ou "GPE") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 07.701.564/0001-09, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional.

A GPE possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2019:

- Termoelétrica Potiguar S.A. ("TEP"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica ("PIE"), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.
- A Companhia Energética Candeias ("Companhia" ou "CEC") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 10.508.162/0001-99, controlada pela Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as UTEs Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrentes do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Entrou em operação comercial em maio de 2010. A CEC até abril de 2017 controlava integralmente a Candeias Energia S.A. ("CESA"). Em 6 de junho de 2017, foi aprovada a incorporação da Candeias Energia S.A. ("CESA") pela Companhia Energética Candeias, na data-base 31 de maio de 2017.
- Companhia Energética Potiguar ("CEP"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Macaíba - Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoelétricas ("UTE") Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL.
- São Francisco Energia S.A. ("SFE"), sociedade por ações de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em São Francisco do Conde - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.
- Camaçari RJ Participações S.A. ("CRJ"), sociedade por ações de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.

A GPE possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2018:

- Companhia Energética Manauara ("CEM"), sociedade por ações de capital fechado, controlada direta pela TEP e indireta pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoeletrica ("UTE") com 85 MW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 kW), nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006.

A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006. Toda energia gerada é integralmente transferida para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"), anteriormente denominada Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AME"), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S.A. em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos. Findo este prazo a usina será revertida ao patrimônio da "Amazonas GT" sem nenhuma indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da usina e a forma de transferência caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil e à interpretação técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

- Água Limpa Energia S.A. ("AGL"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica ("PCH") no Rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. Nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S.A. ("ARE"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica ("PCH") no Rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia são de 9 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da ANEEL. No final destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original e a depreciação apurada por auditoria de Poder Concedente.

As PCHs possuem contrato no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia ("PROINFA"), que tem como objeto a venda da energia contratada as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, com vigências até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e até 30 de outubro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), às quais se submetem as partes.

Mecanismo de realocação de energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. Não obstante, por força de serem inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as Companhias gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203, que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 24/02/2031.

Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do "Generation Scaling Factor" (GSF) de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas contabilizam uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética da Companhia e o montante do prêmio foi atualizado. A Eletrobras tem o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, o que começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2019 na data-base 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.798 para ARE e R\$1.047 para a AGL (R\$2.291 em 2018 para ARE e R\$3.043 em 2018 para AGL). As Controladas possuem a expectativa que a retenção dos valores devidos iniciará a partir de 2019.

No exercício de 2019, foram reconhecidos nos resultados das Controladas os montantes de R\$853 (R\$1.116 em 2018) para a ARE e R\$218 (R\$1.220 em 2018) para a AGL, referentes à provisão de receita do MRE de 2019 contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das principais usinas hidrelétricas, bem como limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo dos anos de 2018 e 2019. Com isso, as Companhias obtiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, receita bruta de geração variável de R\$45.560 (CEP) e R\$183.705 (CEC), (2018, R\$33.673 da CEP e R\$256.195 da CEC), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$60.367 (CEP) e R\$238.916 (CEC), (2018, R\$58.033 da CEP e R\$229.270 da CEC).

Nos exercícios de 2018 e 2019, a geração foi dispersa ao longo do ano, ocorrendo de forma intermitente em intervalos não regulares.

Em 31 de dezembro de 2019, a Controladas apresentam capital circulante negativo de R\$8.985 (Areia), R\$12.520 (Água) e R\$88.056 (CEC) e capital circulante positivo de R\$102.149 (CEM), R\$11.353 (CEP), (Em 2018, capital circulante positivo de R\$2.350 (Areia), R\$2.938 (Água) R\$79.070 (CEM) e capital circulante negativo de R\$6.891 (CEC) e R\$7.279 (CEP)).

No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às obrigações contraídas com instituições financeiras, decorrentes de empréstimos e financiamentos, estando estas obrigações atualizadas, e reflete as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Controladas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da ANEEL, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão, emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 30 de março de 2020, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como de outra forma mencionado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, intangível e impostos diferidos, provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa, arrendamento mercantil a receber e outras similares. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, real, usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização destes ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando houver um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e houver uma intenção de liquidá-los, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com prazo de vencimento de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento mercantil a receber

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Amazonas GT e, no fim do contrato, estes bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Amazonas GT, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia e suas controladas, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados, e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 15 e ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas indiretas CEM, CEP e CEC, tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Incentivos fiscais Regionais SUDAM/SUDENE – as controladas indiretas CEM, CEP e CEC gozam de benefício fiscal para investimento nas regiões Amazônica e Nordeste para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 2017 a 2026 na CEM, com vigência para o período de 2016 a 2025 na CEP e vigência para o período de 2016 a 2025 na CEC. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

As controladas indiretas CEM, CEP e CEC fazem uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91 destinando até 4% do imposto devido para este fim. Realizam também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180, de 2007, artigo 1º), destinando até 1% do imposto devido para este fim.

Até o exercício de 2015, as controladas indiretas AGL e ARE eram tributadas com base no lucro real, seguindo as mesmas normas supracitadas aplicáveis às demais, com exceção do benefício fiscal regional e Projetos incentivados. Desde o exercício de 2016 as controladas indiretas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária. E seguem as alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para as controladas AGL e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi através da venda do prejuízo fiscal e base negativa para parte relacionada Companhia Energética Potiguar. O tributo diferido da CEP e CEC são reconhecidos com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA para as controladas indiretas AGL e ARE.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia celebrados com as distribuidoras no ambiente regulado, por ocasião dos leilões de energia nova, realizados para as controladas indiretas CEC e controlada CEP.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia e suas controladas, está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia e suas controladas aplicaram emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019, conforme descrito a seguir:

<u>Norma</u>	<u>CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil</u>
<u>Vigência</u>	<u>1º de janeiro de 2019</u>
Principais pontos introduzidos pela norma	Esta norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização destes dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe efeitos para a Companhia e suas controladas.

A adoção dessas normas e interpretações não teve qualquer impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia e suas controladas esperam ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação			
	2019		2018	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Holding:				
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	80%	-	80%	-
CEP Participações S.A.	-	-	-	-
Pequenas centrais hidroelétricas (PCH):				
Água Limpa Energia S.A.	-	56%	-	56%
Areia Energia S.A.	-	56%	-	56%

	Percentual de participação			
	2019		2018	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Termoelétricas (UTE):				
Companhia Energética Potiguar	89%	-	89%	-
Companhia Energética Candeias S.A.	89%	-	88,44%	-
Companhia Energética Manauara	-	48%	-	48%
São Francisco Energia S.A.	100%	-	100%	-
Camaçari RJ Participações S.A.	100%	-	100%	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido da controlada e controladas indiretas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2019	2018	2019	2018
Controladora	572.195	567.307	109.226	93.241
Baixas do diferido das controladas	(2.271)	(3.159)	-	-
Amortização do ativo diferido	-	-	957	986
Acionistas controladores	569.924	564.148	110.183	92.255
Acionistas não controladores	194.414	197.274	34.295	39.806
Consolidado	<u>764.271</u>	<u>761.422</u>	<u>145.148</u>	<u>132.061</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	-	3	27	21
Aplicações financeiras de alta liquidez	4	-	28.697	17.303
Total	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>28.724</u>	<u>17.324</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 62% a 116,44% da remuneração do CDI (62% a 116,44% da remuneração do CDI em 2018).

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2019	2018
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	41.914	43.284
Banco da Amazônia S.A. - BASA	10.563	12.537
Caixa Econômica Federal - CEF (a)	-	4.542
Total	<u>52.477</u>	<u>60.363</u>
Circulante	13.804	13.558
Não circulante	38.673	46.805
Total	<u>52.477</u>	<u>60.363</u>

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente entre 92,5% a 98% do CDI (92,4% a 98% do CDI em 2018).

(a) Esses depósitos bancários vinculados foram resgatados em função da antecipação dos empréstimos e financiamentos em novembro de 2019. Conforme nota explicativa nº18.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2019	2018
Valores a vencer	42.555	47.150
Valores a faturar	28.169	101.817
Total	<u>70.724</u>	<u>148.967</u>

Para as controladas Areia e Água Limpa, os valores a vencer correspondem ao fornecimento de energia elétrica à Eletrobras decorrente dos contratos de compra e venda de energia que as Companhias têm no PROINFA, com prazo de vencimento inferior a 60 dias.

As controladas CEM, Areia e Água Limpa, consubstanciadas na análise do seu contas a receber, não têm expectativa de perdas relevantes na realização destes recebíveis, e não constituiu provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Para as controladas CEP e CEC, os valores a receber correspondem ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, e à venda de energia no mercado de curto prazo, na modalidade "spot".

As Controladas CEP e CEC, consubstanciadas nas análises do seu contas a receber, não têm expectativa de perdas relevantes na realização deste, montante de R\$5 (CEP) e R\$9 (CEC) em 2019.

Em outubro de 2018, as Controladas CEP e CEC firmaram com o ONS um contrato para prestação de serviços ancilares (CPSA), para despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RPO).

Em razão de uma situação transitória de mercado, decorrente da judicialização de operações do Setor Elétrico no MCP, as Controladas CEP e CEC podem aproveitar a oportunidade disponível buscando agentes do mercado que assumam estes créditos oriundos das operações de CPSA, viabilizando a realização financeira tempestiva de parte (ou mesmo total) do faturamento, em troca do pagamento de um percentual de deságio.

Em função desta nova modalidade todas as receitas passaram a ser de curto prazo.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ	93	115	3.801	2.697
IRRF	-	158	3.951	4.792
CSLL	-	8	881	1.453
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	99	115
PIS sobre faturamento	-	-	700	790
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	455	527
COFINS sobre faturamento	-	-	3.174	3.225
ICMS a recuperar	-	-	1	1
Outros	-	2	1.059	934
Total	93	283	14.121	14.534
Circulante	93	283	10.920	9.054
Não circulante	-	-	3.201	5.480
Total	93	283	14.121	14.534

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	2019	2018
Combustível	30.624	28.370
Almoxarifado de peças para manutenção	60.786	53.859
Adiantamento a fornecedor	722	712
Outros estoques	1.860	2.947
Total	93.992	85.888
Circulante	84.892	85.888
Não circulante	9.100	-
Total	93.992	85.888

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	Consolidado	
	2019	2018
<u>Ano de vencimento</u>		
2019	-	51.082
2020	53.294	53.294
2021	55.436	53.294
2022	57.677	53.294
2024 e 2025	149.238	155.764
Subtotal	315.645	366.728
Ajuste ao valor presente	<u>(60.737)</u>	<u>(81.890)</u>
Total	<u>254.908</u>	<u>284.838</u>
Circulante	53.294	51.082
Não circulante	201.614	233.756
Total	<u>254.908</u>	<u>284.838</u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.990
Reversão de ajuste a valor presente	23.374
Baixa por realização	<u>(50.526)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	284.838
Reversão de ajuste a valor presente	21.153
Baixa por realização	<u>(51.083)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>254.908</u>

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

As controladas reconheceram os efeitos dos créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais, diferenças temporárias e eliminação dos ativos diferidos na consolidação, existentes em seus registros fiscais, por entender que estes serão compensados com as estimativas de lucros futuros, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos ativos

	Alíquota	Consolidado	
		2019	2018
Prejuízos fiscais acumulados		88.494	121.368
Bases negativas acumuladas		90.565	123.362
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(8.495)	(10.136)
Despesas pré-operacionais		3.199	3.848
P&D - pesquisa e desenvolvimento		8.675	2.926
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		91.873	118.006
Total de bases negativas e diferenças temporárias		93.944	120.000
Imposto de renda	25%	22.594	29.500
Contribuição social	9%	8.455	10.798
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>31.049</u>	<u>40.298</u>

Tributos diferidos passivos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	931	563
PIS e COFINS diferidos	1.765	496
Impostos diferidos - efeito no resultado:		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	25.616	26.784
Diferenças temporárias	(344)	(418)
Total	<u>27.968</u>	<u>27.425</u>
Circulante	2.696	1.197
Não circulante	<u>25.272</u>	<u>26.228</u>
Total	<u>27.968</u>	<u>27.425</u>

- (a) A Controlada CEM apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409, Decreto-Lei nº 1.598/77, artigo 10, §3, IN SRF nº 21/79, Lei nº 9.718/1998, artigo 7º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	-	-	4.891	4.874
Pesquisa e desenvolvimento	5.948	2.758	22.368	13.835
Adiantamento a funcionários	-	-	56	45
Despesas antecipadas	-	-	1.139	2.094
Créditos tributários PERT (c)	2.796	3.509	-	-
MRE - Mecanismo de Regulação Energética (b)	-	-	2.650	1.079
Outras contas a receber	-	-	206	44
Total	<u>8.744</u>	<u>6.267</u>	<u>31.310</u>	<u>21.971</u>
Circulante	714	714	26.969	19.214
Não circulante	<u>8.030</u>	<u>5.553</u>	<u>4.341</u>	<u>2.757</u>
Total	<u>8.744</u>	<u>6.267</u>	<u>31.310</u>	<u>21.971</u>

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizadas principalmente na Região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Companhia diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-Isol, e o gás natural é entregue à Controlada CEM para industrialização por conta e ordem da Amazonas GT, não sendo um custo do processo.

A Controlada CEM efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletrobras junto ao fornecedor.

- (b) Mecanismo de Relocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2019 as Controladas Areia e Água Limpa tiveram excesso de geração registrando uma receita de MRE. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas iguais e atualizadas pelo IPCA.
- (c) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no Parcelamento Especial de Regularização Tributária ("PERT"), por parte da controlada.

13. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	2019					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
TEP	11.259.420	80,00%	100.000	213.129	3.721	31.161
CEC	72.916.711	89,00%	131.621	287.023	(111.389)	74.126
CEP	37.554.721	89,00%	47.102	102.003	(17.859)	20.707
São Francisco	10.000	100,00%	32	(5)	-	(15)
Camaçari RJ	930	100,00%	830	(299)	-	(321)
	2018					
	Quantidade de ações	Participação da GPE	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
TEP	11.259.420	80,00%	36.591	178.247	(7.943)	33.443
CEC	72.916.711	88,44%	179.383	372.048	(9.339)	49.918
CEP	37.554.721	89,00%	47.102	99.036	(14.889)	28.965
São Francisco	10.000	100,00%	32	10	-	-
Camaçari RJ	930	100,00%	830	22	-	(155)

Movimentação dos investimentos em controladas:

	Controladas					
	TEP	CEC	CEP	São Francisco	Camaçari RJ	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	122.198	293.152	60.396	(12)	(653)	475.081
Resultado de equivalência patrimonial	26.752	44.147	25.778	-	(155)	96.522
Aumento de capital com AFAC	-	-	16.433	22	829	17.284
Resgate de ações	-	-	(1.213)	-	-	(1.213)
Dividendos recebidos	(6.355)	(8.259)	(13.251)	-	-	(27.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	142.595	329.040	88.143	10	21	559.809
Redução de capital	-	(40.987)	-	-	-	(40.987)
Resultado de equivalência patrimonial	24.931	66.533	18.535	(15)	(320)	109.664
Dividendos recebidos	2.977	(99.136)	(15.895)	-	-	(112.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>170.503</u>	<u>255.450</u>	<u>90.783</u>	<u>(5)</u>	<u>(299)</u>	<u>516.432</u>

14. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Montagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	-	-	-	
Custo corrigido										
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.411	283.928	1.855	686.939	97.129	1.929	15.274	176	1.791	1.094.432
Adições	-	422	12	1.414	-	82	1.688	-	34	3.652
Baixa	-	(23)	(20)	(135)	-	(8)	(1.122)	(35)	-	(1.343)
Transferências	-	39	81	1.551	98	87	(1.857)	-	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.411	284.366	1.928	689.769	97.227	2.090	13.983	141	1.826	1.096.741
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	5.857	-	-	5.857
Adições	180	38	52	518	-	164	3.868	-	-	4.820
Baixa	-	-	(17)	(445)	-	(6)	(1.046)	-	-	(1.514)
Transferências	-	308	74	1.834	(1)	42	(2.460)	-	203	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.591	284.712	2.037	691.676	97.226	2.290	20.202	141	2.029	1.105.904
Depreciação acumulada										
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(428)	(57.245)	(832)	(177.059)	(31.335)	(830)	-	(100)	(253)	(268.082)
Adições	(57)	(7.629)	(162)	(30.969)	(4.245)	(246)	-	(18)	(91)	(43.417)
Baixa	-	-	49	43	1	-	-	35	-	128
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(485)	(64.874)	(945)	(207.985)	(35.579)	(1.076)	-	(83)	(344)	(311.371)
Adições	(57)	(7.656)	(171)	(31.290)	(4.245)	(278)	-	(17)	(95)	(43.809)
Baixa	-	-	19	130	-	-	-	-	-	149
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(542)	(72.530)	(1.097)	(239.145)	(39.824)	(1.354)	-	(100)	(439)	(355.031)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2019	5.049	212.182	940	452.531	57.402	936	20.202	41	1.590	750.873
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2018	4.926	219.492	983	481.784	61.648	1.014	13.983	58	1.482	785.370

(*) As controladas AGL e ARE realizam o cálculo da depreciação acumulada através das taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As controladas CEC e CEP adotaram as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474/12 por entenderem que estas refletem adequadamente a vida útil econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2019. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

A controlada CEC possui terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$498.218 em 31 de dezembro de 2019 (R\$523.860 em 31 de dezembro de 2018), líquidos de depreciação.

A controlada CEP possui benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$ 98.959 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 103.937 em 2018), líquidos de depreciação.

15. INTANGÍVEL

	<u>Taxas anuais</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	2.203	(1.608)	595	687
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.797	(1.152)	645	774
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(1.749)	2.351	2.547
Ágio		<u>7.055</u>	<u>-</u>	<u>7.055</u>	<u>7.055</u>
Total		<u>15.155</u>	<u>(4.509)</u>	<u>10.646</u>	<u>11.063</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da controlada ARE e direito de outorga correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

Na controlada CEC os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% a.a., enquanto que o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos.

Ágio

Em 16 de agosto de 2013, a controlada CEP Participações S.A., comprou 20% da Companhia Energética Potiguar, tendo sido apurado um ágio no valor justo de R\$7.055, cujo fundamento é a rentabilidade futura ("goodwill") da adquirida conforme laudo emitido por empresa independente.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.351
Adições	163
Amortização	<u>(451)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.063
Adições	50
Amortização	<u>(467)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>10.646</u>

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2019	2019	2018
Abdelhafid Mokdad	-	-	-	66
Amazonas Geração e Transmissão	-	1.000	-	-
Amazônia Transportes	-	248	-	299
CGTI Centro de Gestão e Tecnologia	-	-	-	90
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	-	2.235	-	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	-	-	-	589
Cummins Vendas e Serviços	-	2	-	180
Diesel Expert Quebec	-	150	-	-
Engenharia São Patrício	-	82	-	76
Gera Geradora de Energia do Amazonas	-	391	-	-
Geriba Energy Trading Comercializadora	-	320	-	-
Global Engenharia Ltda	-	3.446	-	4.509
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	-	544	-	568
Instituto Avançado de Tecnologia	-	34	-	190
Nunes Fernandes Advogados Associados	-	-	-	823
Petrobrás Distribuidora S.A.	-	2.422	-	59.659
Sompo Seguros S.A.	-	-	-	456
Sotreq S.A.	-	6	-	174
Total Lubrificantes do Brasil Ltda	-	100	-	479
Venable LLP	-	3.407	-	-
Wartsila (Brasil e Filândia)	-	1.197	-	3.242
Outros fornecedores	9	2.129	-	2.693
Total	9	17.713	9	74.093
Circulante	9	17.658	9	74.038
Não circulante	-	55	-	55
Total	9	17.713	9	74.093

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ref.	Encargos incidentes	Controladora			
			2019		2018	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta corrente						
Companhia Energética Candeias	(a)	sem encargos	-	-	-	197
Numa Participações Ltda.	(b)	sem encargos	8.020	-	8.020	-
Total			8.020	-	8.020	197
Adiantamento para futuro aumento de capital						
Jones Aranha de Sá	(c)	sem encargos	-	3.645	-	1.604
Total			-	3.645	-	1.604
Circulante			-	-	-	197
Não Circulante			8.020	3.645	8.020	1.604
Total			8.020	3.645	8.020	1.801

(a) Os valores registrados como conta-corrente não têm a incidência de encargos financeiros ou prazos de vencimento e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.

(b) Refere-se a saldo a receber relativo à venda de um terreno para construção de um novo projeto.

- (c) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2019, o qual será integralizado ao capital em 2020.

	Ref.	Encargos incidentes	Consolidado					
			2019			2018		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Conta corrente</u>								
Numa Participações Ltda	(a)	sem encargos	8.020	-	-	8.020	-	-
Total			8.020	-	-	8.020	-	-
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Elétrica	(b)	IGPM	32.610	-	2.544	32.079	-	2.467
BR - Petróleo Brasileiro S.A.	(c)	3,6%a.a.+CDI	-	-	-	-	-	(104)
Jones Aranha de Sá	(d)	3,6%a.a.+CDI	-	-	(599)	-	13.367	(1.592)
Djalma Nunes Fernandes	(d)	3,6%a.a.+CDI	-	-	(675)	-	13.367	(1.278)
Total			32.610	-	1.270	32.079	26.734	(507)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>								
Jones Aranha de Sá	(e)	sem encargos	-	3.645	-	-	1.604	-
Fernando W. Magalhaes Filho	(e)	sem encargos	-	2.020	-	-	-	-
Djalma Nunes Fernandes	(e)	sem encargos	-	202	-	-	-	-
Total			-	5.867	-	-	1.604	-
<u>Circulante</u>								
Não Circulante			40.630	5.867	-	40.099	28.338	-
Total			40.630	5.867	-	40.099	28.338	-
<u>Fornecimento de serviços</u>								
Global Engenharia Ltda.	(f)	sem encargos	-	3.446	(47.335)	-	4.509	(50.028)
Total			-	3.446	(47.335)	-	4.509	(50.028)

- (a) Refere-se a saldo a receber relativo à venda de um terreno para construção de um novo projeto.
- (b) Os valores registrados no ativo não circulante foram aportados, pela TEP em nome da RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. nas controladas indiretas, PCHs de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs - Água Limpa e Areia, corrigidos pelo IGP-M e sem vencimento previsto em contrato. Enquanto que os registrados no passivo não circulante referem-se a recursos aportados diretamente pela RPE nas controladas indiretas, PCHs.

- (c) Recursos repassados às controladas AGL e ARE para a viabilização da construção das PCHs Água Limpa e Areia, convertidos em mútuos.
- (d) Relativo a saldo da controlada CEP junto aos acionistas Djalma Fernandes e Jones Sá para compra de 20% da Companhia Energética Potiguar. No caso do acionista Jones Sá, há ainda montantes aportados para suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.
- (e) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2019, o qual será integralizado ao capital em 2020.
- (f) Refere-se a contrato de operação e manutenção (O&M) das usinas da CEP e CEC.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Consolidado				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2019	2018
Caixa Econômica Federal (a)	jun/30	TJLP +	-	-	-	-	51.873
(-) Custos de transação		3,7% a.a.	-	-	-	-	(69)
Subtotal			-	-	-	-	51.804
Banco da Amazônia S.A. (b)	mai/30	10% a.a.	-	-	-	-	28.596
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(1.045)
FNO - Sustentavel (c)	nov/25	8,5% a.a.	10	1.014	4.982	6.006	7.021
FNO - Conversao do Gas (c)	nov/25	2,94% a.a.	66	-	11.855	11.921	12.276
Debentures - FDA (d)	jul/27	TJLP + 1,65%	636	10.437	73.064	84.137	89.042
Subtotal			712	11.451	89.901	102.064	135.890
Banco Itaú - debêntures (e)	Mai./19	CDI+2,05%a.a.	-	-	-	-	9.830
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(142)
Subtotal			-	-	-	-	9.688
Banco do Nordeste - Financiamento (f)	Jun./25	10%a.a.	196	31.802	134.887	166.885	212.723
(-) Custos de transação			-	(1.658)	(6.863)	(8.521)	(10.150)
Subtotal			196	30.144	128.024	158.364	202.573
SUDENE (g)	Dez./31	TJLP+1%a.a.	1.840	3.168	55.387	60.395	61.555
Subtotal			1.840	3.168	55.387	60.395	61.555
Banco Itaú - financiamentos (h)	Out./19	CDI+3,45%a.a.	-	-	-	-	16.298
(-) Custos de Transação			-	-	-	-	(423)
Subtotal			-	-	-	-	15.875
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (i)	Abr./20	CDI+3,50 %a.a.	-	-	-	-	26.954
(-) Custos de Transação			-	-	-	-	(467)
Subtotal			-	-	-	-	26.487
Banco BBM (j)	set/19	CDI +	-	-	-	-	5.065
(-) Custos de transação		4,65% a.a.	-	-	-	-	(21)
Subtotal			-	-	-	-	5.044
Banco BBM - Debêntures (k)	set/19	CDI +	-	-	-	-	15.000
(-) Custos de transação		4,65% a.a.	-	-	-	-	(218)
Subtotal			-	-	-	-	14.782
Banco Bradesco S.A. (l)	nov/21	CDI + 0,52% a.a.	80	21.750	19.938	41.768	-
(-) Custos de transação			-	(181)	(302)	(483)	-
Subtotal			80	21.569	19.636	41.285	-
Banco Itaú S.A. (m)	fev/21	CDI + 1,25% a.a.	2.480	93.077	16.924	112.481	-
(-) Custos de Transação			-	(562)	(84)	(646)	-
Subtotal			2.480	92.515	16.840	111.835	-
Total			5.308	158.847	309.788	473.943	523.698
Circulante			5.308	158.847	-	164.155	121.975
Não circulante			-	-	309.788	309.788	401.723
Total			5.308	158.847	309.788	473.943	523.698

- (a) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 pelas controladas AGL e ARE, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$45.000 (AGL) e R\$36.000 (ARE), para execução do projeto de construção da PCH, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 3,9% a.a. até o período de carência e de 3,7% a.a. a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e finalizando em junho de 2030, porém ocorreu uma quitação antecipada em 21/11/2019, liquidando totalmente o contrato.
- (b) Contrato assinado em 10 de abril de 2010 pelas controladas AGL e ARE, no montante de R\$29.460 (AGL) e R\$18.503 (ARE), para execução do projeto da PCH, com incidência de taxa de juros de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010 e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e finalizando em maio de 2030, porém ocorreu uma quitação antecipada em 21/11/2019, liquidando totalmente o contrato.
- (c) Contratos assinados em 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia S.A., nos montantes de R\$44.214 e R\$10.133, respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoeletrica e os demais para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 10% e 2,94% ao ano e 15% de adimplência, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente. O financiamento de R\$44.214 teve antecipações ao longo de 2018.
- (d) Na CEM, em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, através de contrato particular celebrado junto ao Banco da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem o custo básico (variação acumulada da TJLP - taxa de juros a longo prazo), acrescidos de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% a.a. e encargos, a título de Del Credere, a taxa efetiva de 0,15% a.a., com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007 e finalizando em julho de 2027.
- (e) Refere-se a 10.500 debêntures da CEC, emitidas na 2ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$105.000, com vencimento em 23 de maio de 2019, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,05% ao ano.
- (f) Na CEP, o contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R\$76.170, tem incidência de juros de 10% ao ano e bônus de adimplência de 25%. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciaram-se em 13 de março de 2010 e finalizar-se-ão em 13 de dezembro de 2023.
- (g) Na CEC, em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025.
- (h) Na CEC, em 25 de abril de 2010, foi contratado empréstimo-ponte com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI ao ano, o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e alterou o perfil da dívida, por meio de nova cédula de crédito perante a SUDENE, aumentando o prazo para pagamento em 19 anos e alterando a taxa de juros para Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1% ao ano.

- (i) Em 20 de outubro de 2016, foi contratado um empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$48.713 e encargos correspondentes a 4,09% ao ano mais CDI com carência total de quatro meses, sendo o primeiro pagamento trimestral em 24 de fevereiro de 2017 e vencimento em 25 de outubro de 2019. O empréstimo foi renegociado em 27 de julho de 2017 em virtude da incorporação da Candeias Energia pela Companhia Energética Candeias no montante de R\$36.056 e encargos correspondentes a 3,45% ao ano mais CDI mantendo-se a forma de pagamento trimestral e com vencimento em 25 de outubro de 2019.
- (j) Na CEC, refere-se a 5.028 debêntures, emitidas na 3ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. em 12 de abril de 2017 no valor de R\$50.280, com vencimento em 12 de abril de 2020, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 3,5% ao ano. Em 28 de setembro de 2018 foi realizado o 3º aditamento reduzindo o valor do spread para 2,70% ao ano.
- (k) Na CEP, refere-se a duas Cédulas de Crédito Bancário assinadas em 25/08/2018 com data de vencimento em 12/03/2019 nos montantes de R\$7 e 4 milhões, tem incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 2,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas e foi emitido pelo Banco BBM. Em 04/09/2018, foram aditadas e tiveram seu spread reduzido para 2,45% ao ano.
- (l) Na CEP refere-se a um contrato da 1ª emissão da 1ª série de debêntures assinado em 15 de dezembro de 2016, com liberações de R\$40.000 em 20 de janeiro de 2017, sob regime de garantia firme e R\$15.000 sob o regime de melhores esforços de colocação, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 4,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 22 de outubro de 2017, finalizando-se em 22 de setembro de 2019. Foi realizado o 1º aditamento em 22 de junho de 2017, reduzindo o valor da emissão para R\$40.000 sob regime de garantia firme. Mantendo-se as demais condições. Em 18/07/2018, realizou-se o 2º aditamento em que foi reduzido o spread para 2,60% ao ano. Em 23/09/2019 a debênture foi totalmente quitada.
- (m) Refere-se a 19.500.000 (Areia) e 24.000.000 (Água) debêntures, emitidas na 1ª emissão de série única com o Banco do Bradesco S.A. no valor de R\$ 1,00 real cada, totalizando R\$19.500 (Areia) e R\$24.000 (Água), com vencimento em 15 de novembro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 0,52% ao ano.
- (n) Refere-se a 11.000 debênture da CEC, emitidas na 4ª emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$ 10.000,00 cada, totalizando R\$110.000, com vencimento em 24 de fevereiro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,25% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	150.027	523.844	673.871
Juros e variações monetárias provisionadas	51.148	-	51.148
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(38.045)	-	(38.045)
Amortização dos custos de captação	3.350	-	3.350
Custo de capitação adicionado	(183)	-	(183)
Transferências	122.121	(122.121)	-
Captação de financiamentos	16.000	-	16.000
Pagamentos de principal	(182.443)	-	(182.443)
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	121.975	401.723	523.698
Captação de empréstimos	97.904	55.596	153.500
Juros e variações monetárias provisionadas	38.539	-	38.539
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(28.878)	-	(28.878)
Aquisição dos custos de captação	(863)	(480)	(1.343)
Amortização dos custos de captação	4.239	-	4.239
Transferências	147.051	(147.051)	-
Pagamentos de principal	(215.812)	-	(215.812)
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	<u>164.155</u>	<u>309.788</u>	<u>473.943</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	-	59.666
2021	82.184	54.224
2022	45.925	54.439
2023	46.496	54.355
2024 em diante	135.183	179.039
Total	<u>309.788</u>	<u>401.723</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado um contrato de Cessão Fiduciária de direitos creditórios e outras avenças (“Contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito dos recebíveis dos contratos de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004 e 037/2004.

Estes contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>
Relação de dívida líquida / Ebitda	Maior do que 2,5

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

<u>Tipo do financiamento</u>	<u>Garantias</u>
FNO Operacional	Fiança da Petrobras Distribuidora S.A. (“Petrobras”) (40%) e Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”) (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.
FNO Conversão do Gás	Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo Wartsila, completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.
Debêntures FDA	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro “performance” de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a AME e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>	<u>Instituição</u>
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FDA	Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

Companhia Energética Candeias

Banco do Nordeste - BNB Financiamento	1 - Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações.
	2 - Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios de 86,1% dos Recebíveis da Candeias Energia.
	3 - Penhor de 139.819.997 (99,87%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Candeias Participações.
	4 - Penhor de 180.003 (0,13%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Global Participações.
	5 - Penhor das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$151.032.889,40.
	6 - Hipoteca em 1º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02.
	7 - Interveniente Fiador Commandery Participações S.A.
	8 - Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$31.940.692,81.
Sudene - longo prazo	1 - Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios 13,9% dos Recebíveis da Candeias Energia.
	2 - Interveniente Fiador Global Participações em Energia.
	3 - Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$61.728.156,76.
	4 - Hipoteca em 2º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02.
	5 - Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$1.600.000,00.
Itaú BBA S.A	1 - Aval corporativo da Commandery
	2 - Aval corporativo da GPE

Em 2019, a escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois "covenants" financeiros:

<u>Cláusula restritiva - "covenants"</u>	<u>Índice requerido</u>
Cobertura do serviço da dívida	Maior ou igual a 3,5x

Em 2019, como "covenants" não financeiro, prevê a manutenção do caixa em valor de R\$10.000 ao final do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

Companhia Energética Potiguar

Os contratos de financiamento e debêntures firmados pela Companhia estão garantidos por: (a) penhor dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis); (c) penhor de 599 ações ordinárias (63,75%) da Companhia detidas pela Global Participações em Energia S.A.; (d) autorização para distribuição de dividendos, exceto os obrigatórios; (e) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (f) hipoteca do terreno e suas benfeitorias onde fica localizada a termoelétrica; (g) fundo de liquidez em conta reserva; e (h) aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

<u>Cláusula restritiva - "covenants"</u>	<u>Índice requerido</u>
Depósito bancário vinculado ao contrato	Valor mínimo de R\$6.365

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ - Imposto de Renda	-	-	54	1.433
CSLL - Contribuição Social	-	222	3.660	3.579
INSS serviços de terceiros	-	-	446	486
PIS - Programa de integração social	-	83	372	698
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	380	1.734	3.604
IRRF serviços de terceiros	-	2	328	441
PIS/COFINS/CSLL retidos	1	7	285	324
ICMS e DIFAL	-	-	3.142	3.218
Parcelamentos tributários (a)	-	10	2.888	1.294
Outros tributos a recolher	1	-	136	111
Total	2	704	13.045	15.188
Circulante	2	704	10.799	15.188
Não circulante	-	-	2.246	-
Total	2	704	13.045	15.188

- (a) Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, por meio da opção IV, pela qual efetuará a quitação da dívida tributária da seguinte forma: 24% do saldo a pagar por meio de desembolso de caixa parcelado em 24 vezes, com pagamentos mensais, e os 76% remanescente por meio de compensação de prejuízo fiscal e base negativa.

O prejuízo fiscal e base negativa utilizados para quitação da mencionada dívida foram adquiridos, com deságio, de outras Companhias do Grupo Global Participações em Energia S.A. O ganho total em função do deságio na aquisição, no montante total de R\$6.258, foi reconhecido no resultado financeiro.

Em 10 de julho de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário através de um pedido espontâneo, parcelando o débito em 60 parcelas iguais e consecutivas através de débito em conta.

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

CEP

A controlada CEP, possui um saldo de R\$405 que se refere a uma provisão de um processo administrativo junto à Receita Federal, sobre INSS retido de serviço contratado de terceiros.

A Companhia possui uma ação extrajudicial ajuizada pela B2A referente a retenções de pagamento realizadas pela CEP em função de má prestação de serviços deste fornecedor, num montante total de R\$73.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída. Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia é autora da ação, há duas causas com probabilidades de êxito possíveis, uma movida contra o fornecedor Caterpillar Inc., referente à reparação de danos causados por motogeradores comprados pela Companhia, e outra contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 deste órgão, as quais não estão registradas nas demonstrações financeiras.

Depósito judicial

Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela ajuizada pela Companhia Energética Potiguar S.A. - CEP, contra Afinco Abílio Felix Incorporações e Construções Ltda., cuja discussão se assenta sobre os termos do contrato de locação de imóvel com opção de compra firmada entre as partes. A demanda tem o propósito de adjudicar o bem locado em favor da autora, em face do exercício do direito de opção de compra, mediante pagamento do preço, nos termos do contrato entabulado pelas partes. Após movimentação processual favorável a Companhia o saldo foi transferido para conta contábil de terrenos, permanecendo em depósito judicial o montante de R\$829.

CEC

De acordo com os assessores jurídicos da CEC não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$3.621.

Depósito judicial

Trata-se de ação de desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada em desfavor da Bandeirante Química Ltda., com pedido de antecipação liminar imediata de posse do imóvel objeto desta ação. E Ação de Desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada em desfavor de Raimundo Ramos de Andrade, com pedido de antecipação liminar a imissão imediata de posse do imóvel objeto desta ação. Permanecendo em depósito judicial o montante de R\$118.

TEP

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas ARE e AGL são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$11 (Água) e R\$224 (Areia). Os assessores jurídicos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração da Companhia não constituiu nenhuma provisão para fazer face de eventuais perdas.
- b) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Desde abril de 2017, em função da publicação da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016 e do Despacho ANEEL 1.146, de 25 de abril de 2017, a cobrança deste encargo voltou a ser aplicada apenas ao segmento de consumo.

Durante a vigência da regra estabelecida pela Resolução CNPE nº3/2013, a Companhia não percebeu o repasse destes custos pela Eletrobras, que se encontra protegida por demanda judicial própria. A jurisprudência favorável da Ação Anulatória nº 0027834-41.2013.4.01.3400, proposta por Apine e Abragel, reforça a perspectiva de não pagamento deste encargo.

Desta forma, as controladas efetuaram o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$76, Água Limpa e R\$55 Areia), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

- c) Em 31 de dezembro de 2019, a controlada CEM possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.
- d) Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora TEP possuía uma causa de ação cautelar inominada com pedido de liminar, em desfavor da União, cujo objeto consiste no pedido de obtenção de certidão negativa de débito e consequente recolhimento de débitos tributários, no montante de depósito judicial de R\$492.
- e) De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$214.131 (R\$212.528, em 2018) está representado por 22.898.123 ações ordinárias (22.898.123, em 2018), sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	2019 e 2018	
	Quantidade de ações	%
Commandery Participações S.A.	21.899.727	95,64
Jones Aranha de Sá	<u>998.396</u>	<u>4,36</u>
Total	<u>22.898.123</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 14 de maio de 2018, o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$2.528.

Em 30 de abril de 2019, o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$1.603.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R\$5.461 em 31 de dezembro de 2019 (R\$4.622 em 31 de dezembro de 2018).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou em 2019 da conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$77.824 (R\$66.434 em 31 de dezembro de 2018) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$142.251. A destinação desse excesso, foi deliberada pela assembleia geral de acionistas pela destinação de dividendos adicionais de 2018 no montante de R\$80.000, regularizando o excesso de reservas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$143.933.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	109.226	93.241
Quantidade de ação por lote de mil	<u>22.898</u>	<u>22.898</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>4,770</u>	<u>4,072</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	109.226	93.241
Reserva legal	(5.461)	(4.662)
Base para dividendos	<u>103.765</u>	<u>88.579</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>25.941</u>	<u>22.145</u>

Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Conforme previsto no artigo 202 § 4º da Lei nº 6.404/76, a Companhia possuía em 2018 reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$64.449 em função da ausência de caixa para pagamento de dividendos. Este montante foi totalmente destinado para Dividendos a pagar em 2019.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$31.930 (R\$35.294, em 2018), sendo de R\$43.334 (R\$48.987, em 2018) no Consolidado. Tão logo a situação financeira da Companhia e de suas controladas permita, os dividendos serão amortizados.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2019 está apresentado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo dividendos a pagar 2017	19.490	18.180
Dividendos propostos referente a 2018	22.145	50.307
Juros sobre capital próprio	-	3.727
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(559)
Dividendos pagos	<u>(6.341)</u>	<u>(22.667)</u>
Saldo dividendos a pagar 2018	35.294	48.988
Dividendos propostos referente a 2018	80.000	98.121
Dividendos propostos referente a 2019	25.941	36.733
Juros sobre capital próprio	-	2.802
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(420)
Dividendos pagos	<u>(109.305)</u>	<u>(142.890)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	<u>31.930</u>	<u>43.334</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	109.226	95.025	166.421	149.069
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(37.137)	(32.309)	(56.583)	(50.683)
Diferenças temporárias e permanentes				
Adições	(1.140)	(1.919)	(3.925)	(5.556)
Exclusões	38.277	33.029	4.173	12.945
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06	-	-	(4.637)	(3.520)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	-	360	11.240	8.592
Demais adições e exclusões	-	24	10.622	2.775
Impostos correntes sobre lucro real	-	(815)	(39.110)	(35.447)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(2.009)	(1.902)
Imposto de renda e contribuição social	-	(815)	(41.119)	(37.349)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	26.074	25.173
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(969)	(7.855)	(4.832)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>	<u>(1.784)</u>	<u>(22.900)</u>	<u>(17.008)</u>

Na controladora em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para sua controlada Companhia Energética Potiguar ("CEP"), foi reconhecido em 2017 imposto sobre diferido no resultado referente tal operação, no montante de R\$5.379. Em 2018, com a consolidação da dívida junto à Receita Federal, por parte da CEP, verificou-se a necessidade de estornar parte da compra dos créditos no montante de R\$ 969, com a consequente redução do pagamento das parcelas que ainda estão a vencer.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2019	2018
Receita de venda de energia	670.849	712.964
Deduções de venda		
PIS	(10.857)	(11.374)
COFINS	(50.015)	(52.392)
ICMS	(37.141)	(33.942)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(5.716)	(6.072)
Total	567.120	609.184

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos e despesas com pessoal e administradores	(9)	(2)	(18.095)	(17.278)
Depreciação e amortização	-	-	(45.724)	(44.034)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(25.329)	(24.311)
Custos com manutenção e operação	-	-	(272.804)	(343.350)
Arrendamentos e aluguéis	-	(136)	(866)	(1.425)
Custos e despesas com seguros	(1)	(20)	(2.456)	(2.503)
Despesas com viagens e comunicações	(35)	(304)	(1.528)	(1.619)
Serviços de terceiros	(28)	(14)	(3.767)	(4.346)
Assessoria e consultoria	(19)	(379)	(13.516)	(10.028)
Tributos	(119)	(18)	(2.174)	(1.406)
Resultado de equivalência patrimonial	109.664	96.522	-	-
Outras despesas (receitas)	(233)	(203)	(1.375)	(100)
Total	109.220	95.446	(387.634)	(450.400)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(344.650)	(414.124)
Resultado de equivalência patrimonial	109.664	96.522	-	-
Despesas gerais e administrativas	(444)	(1.076)	(38.314)	(31.892)
Honorários dos Administradores	-	-	(5.191)	(5.044)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	521	660
Total	109.220	95.446	(387.634)	(450.400)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	4.236	4.619
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	-	-	5.385	2.467
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1)	-	(980)	(2.441)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (a)	-	-	21.153	23.374
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	-	-	3.653	649
Outras receitas financeiras, líquidas	28	56	4.329	20.177
Subtotal	27	56	37.776	48.845
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(38.539)	(51.148)
Amortização de custo de captação	-	-	(4.238)	(3.350)
Juros sobre contrato de mútuo	-	-	(4.345)	(2.869)
Outras despesas financeiras, líquidas	(21)	(477)	(3.767)	(1.205)
Subtotal	(21)	(477)	(50.889)	(58.572)
Variações cambiais líquidas	-	-	48	12
Total	6	(421)	(13.065)	(9.715)

- (a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

26. SEGUROS

As controladas indiretas AGL, ARE e CEM, e a controlada direta CEP e CEC possuem programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas Controladas diretas e indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	Seguros			Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)
	Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	Lucros cessantes		
GPE	-	-	-	15.000
CRJ	-	-	-	15.000
SFE	-	-	-	15.000
TEP	-	-	-	15.000
CEC	151.077	-	-	15.000
CEP	121.174	-	-	15.000
AGL	105.935	29.131	-	15.000
ARE	94.118	21.759	-	15.000
CEM	260.000	40.000	-	20.500
Vencimento	2020	2020		2020/2021

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por uma pessoa jurídica e uma pessoa física. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e AME, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) - o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras, e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a AME. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para este tipo de risco, mas entendem que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia - as controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar esse risco, as controladas aderiram ao MRE - Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

Quanto à escassez de combustível - a controlada CEM gera energia por meio de UTE, que numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria redução de receita e aplicação de multas por parte da AME. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, classificados como custo amortizado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Ativos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
							em diante	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	4	-	-	-	-	-	4
Outras contas a receber	Custo amortizado	714	708	708	708	5.906	-	8.744
Total		718	708	708	708	5.906	-	8.748

Passivos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
							em diante	
Fornecedores	Custo amortizado	9	-	-	-	-	-	9
Dividendos à pagar	Custo amortizado	31.930	-	-	-	-	-	31.930
Obrigações tributárias	Custo amortizado	2	-	-	-	-	-	2
Total		31.941	-	-	-	-	-	31.941

		Consolidado						
Ativos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
							em diante	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	28.724	-	-	-	-	-	28.724
Depósito bancários vinculados	Valor justo por meio do resultado	13.804	-	-	-	-	38.673	52.477
Contas a receber	Custo amortizado	70.724	-	-	-	-	-	70.724
Arrendamento mercantil a receber	Custo amortizado	53.294	39.657	45.183	51.249	57.890	7.635	254.908
Outras contas a receber	Custo amortizado	20.516	1.269	1.786	1.125	708	5.906	31.310
Total		187.062	40.926	46.969	52.374	58.598	52.214	438.143

		Consolidado						
Passivos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
							em diante	
Fornecedores	Custo amortizado	17.658	-	-	-	-	55	17.713
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	164.155	82.184	45.925	46.496	97.319	37.864	473.943
Dividendos à pagar	Custo amortizado	43.334	-	-	-	-	-	43.334
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	4.239	-	-	-	-	-	4.239
Obrigações tributárias	Custo amortizado	10.799	660	660	926	-	-	13.045
Outras contas a pagar	Custo amortizado	16.134	-	5.414	10.071	-	-	31.619
Total		256.319	82.844	51.999	57.493	97.319	37.919	583.893

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, depósitos bancários vinculados, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Risco	Consolidado							
		Cenário			Contábil	Saldo			
		Provável I (*)	Possível II 25%	Remoto III 50%		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%	
<u>Passivo - Empréstimos e financiamentos</u>									
Banco da Amazônia S.A.	Alta da TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	(84.137)	(89.353)	(90.658)	(91.962)	
Banco Bradesco S.A.	Alta do CDI	4,59%	5,74%	6,89%	(41.285)	(43.180)	(43.654)	(44.127)	
Banco Itaú - debêntures	Alta do CDI	4,59%	5,74%	6,89%	(112.481)	(117.644)	(118.935)	(120.225)	
SUDENE	Alta da TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	(60.395)	(64.139)	(65.076)	(66.012)	
Total empréstimos e financiamentos					(298.298)	(314.317)	(318.322)	(322.326)	
<u>Ativo - Partes relacionadas</u>									
Contratos de mútuo	Baixa do IGP-M	7,3%	3,4%	2,3%	32.610	34.991	33.733	33.358	
Total ativo partes relacionadas					32.610	34.991	33.733	33.358	
<u>Ativo - Aplicações financeiras</u>									
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	4,6%	3,4%	2,3%	97	101	100	99	
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	2.591	2.710	2.680	2.650	
XP Investimentos CCTVM S/A	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	6.067	6.345	6.276	6.206	
Conta reserva BNB	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	4	4	4	4	
Título de capitalização	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	400	418	414	409	
Banco BBM	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	2	2	2	2	
Banco Itaú	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	19.530	20.426	20.202	19.978	
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	6	6	6	6	
Total aplicações financeiras					28.697	30.012	29.684	29.354	
<u>Ativo - Depósitos bancários vinculados</u>									
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	10.563	11.048	10.927	10.805	
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Baixa do CDI	4,6%	3,44%	2,30%	41.914	43.838	43.357	42.876	
Total depósitos bancários vinculados					52.477	54.886	54.284	53.681	
<u>Receita</u>									
Receita de venda	Baixa do IGP-M	7,3%	5,48%	3,65%	565.656	606.949	596.626	586.302	
Receita de venda	Baixa do IPCA	4,3%	3,23%	2,15%	105.193	109.716	108.585	107.455	
Total receita					670.849	716.665	705.211	693.757	
Total líquido					453.725	487.246	470.857	454.466	
* Fonte: Banco Santander					Efeito no patrimônio líquido	-	33.521	17.132	741

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas indiretas Água Limpa e Areia Energia possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.007 (Água Limpa) R\$1.751 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$476 (Água Limpa) e R\$388 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.182 (Água Limpa) e R\$1.077 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2020.
- Assessoria e gestão no valor de R\$349 (Água Limpa) e R\$286 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada CEM possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$18.116, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$217, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$15.136, com vigência até 01 de maio de 2026.

- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.220, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$417, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.126, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada CEC possui contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$58.118, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$19.734, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$27.864, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.931, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$3.920, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$4.669, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada CEP possui contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.269, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$567), com vigência até o fim da autorização de operação das usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$702), com vigência até 1º de janeiro de 2024.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2018 (Controladora)

- Devolução da venda de crédito dos impostos diferidos no montante de R\$ 969.

Exercício de 2019 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.566 (Água), R\$1.861 (Areia), R\$12.109 (CEM), R\$33.101 (CEC) e R\$11.989 (CEP).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.536 (CEM).
- Reserva de incentivo fiscal sobre ICMS no montante de R\$119 (CEP);
- Reclassificação entre o depósito judicial para imobilizado em função do processo no montante de R\$2.994 (CEP).

Exercício de 2018 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.272 (Água), R\$1.756 (Areia), R\$12.550 (CEM), R\$38.250 (CEC) e R\$9.090 (CEP).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.536 (CEM).

- Compensação de transações de partes relacionadas com dividendos no montante de R\$4.075 (GPE).

30. EVENTO SUBSEQUENTE

O Corona Virus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019 na China, e já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações.
